

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL**

NATHALIA AUGUSTA GONÇALVES

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTO E
PARTIDO NA ESFERA POLÍTICA MUNICIPAL: O CASO DO MBL E
DEMOCRATAS

Monografia apresentada à Escola do
Parlamento da Câmara Municipal de São
Paulo como requisito parcial para aprovação
no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*
“Legislativo e Democracia no Brasil”

Orientador: Prof Dr. Marcello Fragano Baird

São Paulo, 2018

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr Marcello Fragano Baird, pela atenção e orientação na realização deste trabalho.

Aos colegas de curso, que sempre estiveram dispostos a compartilhar conhecimentos e também trouxeram alegria durante as aulas nestes últimos dois anos.

Aos professores do curso, pelas aulas e ensinamentos.

A minha família, que me apoia incondicionalmente.

A todos os moradores da cidade de São Paulo, cidade que escolhi viver e que me acolhe diariamente.

Estudo exploratório sobre as relações entre movimento e partido na esfera política municipal: o caso do MBL e Democratas

Resumo: O presente trabalho visa analisar a relação entre partidos e movimentos dentro da esfera política. Para isso, analisou-se a importância dos movimentos e partidos no governo representativo, tomando como estudo de caso, na esfera municipal, o Movimento Brasil Livre e o partido Democratas.

Palavras-chave: democracia de partido; democracia de público; movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um estudo exploratório sobre a relação entre novos movimentos de renovação política e sua relação com os partidos políticos. Foram escolhidos o Movimento Brasil Livre (MBL) e o partido DEM (Democratas), na esfera municipal, como estudo de caso. Nas eleições municipais de 2016, um dos líderes do MBL e candidato a vereador pelo município de São Paulo, Fernando Holiday, foi eleito sob a legenda do DEM (Democratas), com 48.055 votos.

O objetivo é buscar entender como o relacionamento entre esses dois atores se desenvolve, em termos de responsabilidades e importância, visto que há na literatura uma convergência para o fato de que o governo representativo vem sendo transformado a até mesmo vivido uma crise nas últimas duas décadas. Desse modo, foi utilizado como referencial teórico, a abordagem de Bernard Manin (1995; 2013) para entender se, com a emergência de novos partidos na política, os partidos estariam perdendo a sua importância.

A relevância deste estudo para a Ciência Política se dá, como explicado por Mcdam e Tarrow (2011), pois movimentos e eleições são “formas mutuamente constitutivas da política”. Os autores baseiam a sua análise na obra de Charles Tilly:

No centro da sua perspectiva encontra-se a afirmação de que os movimentos sociais e os sistemas de política institucional são mutuamente constitutivos; de que para entender o fluxo e refluxo dos movimentos, estes precisam ser vistos, pelo menos em parte, como um produto de mudanças em sistemas de política institucionalizada; e de que o inverso também é verdadeiro: mudanças na política institucionalizada muitas vezes resultam de movimentos (Mcdam e Tarrow, p. 20, 2011).

Eles acreditam que o tema tem sido desconsiderado pela academia, por esta acreditar que os movimentos são formas não-institucionais de política. Contudo, a realidade mostra que os movimentos têm se articulado e agido de forma mais próxima da política institucional:

Nas sociedades democráticas, a grande maioria dos movimentos confia mais em táticas institucionalizadas do que não-institucionalizadas, devotando enormes esforços, por exemplo, em atividades educacionais e de propaganda, trabalho organizacional, eleições e lobismo (Mcdam e Tarrow , p.24, 2011).

Para a análise neste artigo, foi utilizada a metodologia qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo por meio de entrevistas semi-estruturadas de atores políticos, do movimento Brasil Livre e do partido.

O governo representativo em mudança

Em 1995, Bernard Manin publicava a obra *Os Princípios do Governo representativo*, que contém o famoso capítulo *As Metamorfoses do Governo representativo*, texto bastante estudado na Ciência Política.

No texto, Manin discorre sobre os pontos principais de todos os governos representativos e argumenta que não há uma crise de representação, mas uma crise de um tipo específico de governo representativo.

Os princípios de todos os tipos-ideais de governo representativo, desde o fim do século XVIII até os dias atuais, seriam quatro, a saber:

- 1) Os representantes são eleitos pelos governados;
- 2) Os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores;
- 3) A opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo;
- 4) As decisões políticas são tomadas após debate.

Manin elenca três tipos-ideais de governo representativo: do tipo parlamentar, de partido e de público. Para este trabalho, serão explorados os dois

últimos tipos.

Na democracia de partido, estão presentes todos os princípios anteriormente citados, da seguinte forma:

1. Os representantes são eleitos pelos governados: neste modelo de governo o povo votaria no partido e não em uma pessoa, e isso se refletiria em uma estabilidade eleitoral no momento do voto, consequência das preferências políticas baseadas em fatores socioeconômicos:

Na democracia de partido as clivagens eleitorais refletem divisões de classe. Embora já se observasse, na primeira metade deste século, em todos os países democráticos, a influência dos fatores socioeconômicos sobre o comportamento, eleitoral, ela é particularmente evidente nos países em que um dos grandes partidos foi formado e explicitamente concebido para ser a expressão política da classe operária. Os partidos socialistas ou social-democratas são geralmente considerados como os arquétipos do partido de massa contemporâneo, que se transformou, desde o final do século XIX, no núcleo de organização das democracias representativas. (p. 18, 1995).

Dessa forma, a representação neste tipo de governo representativo, acaba sendo um espelho da estrutura social.

2. A independência parcial dos representantes: mesmo com uma plataforma político, os partidos quando chegam ao poder precisam atuar sob o princípio da conciliação, o que significa que “não podem realizar a totalidade dos seus projetos” (Manin, p. 21, 1995).

A opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo: aqui, os partidos organizam algumas formas da opinião pública, como campanhas, manifestações de rua, petições, etc. Além disso, meios de comunicação mantém proximidade com partidos afins. Cabe aqui recordar que na época em que o ensaio foi escrito por Manin, ainda não havia o boom da internet e redes sociais.

E, por fim, as decisões políticas são tomadas após debates: segundo o autor, na democracia de partido, as discussões se dão dentro dos próprios partidos, onde se discutem uma decisão coletiva a ser adotada pelos seus integrantes, mantendo uma rígida disciplina de voto dentro do parlamento. Esse tipo de modelo incentiva mais a discussão entre as lideranças partidárias.

Na democracia de público, a escolha do voto é mais personalizada, isto é, a personalidade dos candidatos é levada mais em consideração do que os partidos políticos. Para Manin, isso não representaria uma crise, mas uma característica de um tipo específico de governo representativo. Neste modelo, os candidatos podem se comunicar diretamente com os eleitores e os meios de comunicação também privilegiariam algumas qualidades pessoais, como a expressividade dos concorrentes políticos. Além disso, o eleitorado definiria a sua escolha ao longo das campanhas:

Os resultados da votação variam significativamente, até mesmo em períodos curtos de tempo, conforme a ênfase atribuída às questões no transcorrer das campanhas. Os eleitores parecem *responder* (aos termos específicos que os políticos propõem em cada eleição), mais do que *expressar* (suas identidades sociais ou culturais). Desse ponto de vista, a situação atual representa um afastamento do processo de formação das preferências políticas na democracia de partido. Hoje em dia, predomina a dimensão reativa do voto. (Manin, p. 26, 1995).

Manin ressalta que em todos os modelos de governo representativo o voto seria uma reação dos eleitores ao que lhes é apresentado, porém, na democracia de público, o eleitorado reage aos candidatos que, não necessariamente, refletem uma clivagem social.

Em segundo lugar, temos o princípio da independência parcial dos representantes. Isso ocorre na democracia de público a medida que, no transcorrer das campanhas, são expostas imagens esquemáticas e simplificadas, que não traduzem os programas políticos dos candidatos. Dessa maneira, sobra para os eleitos grande liberdade para agir, visto que sua eleição se deu por meio de temas

vagos.

Em terceiro lugar, há a liberdade de opinião pública, que nesse modelo representativo de governo, é descrito como uma mídia sem base partidária. Os partidos já não seriam proprietários de grandes meios de comunicação, e os já existentes não possuem inclinação a nenhum partido.

Por último - no tocante ao ponto de que as decisões políticas são tomadas após debates- na democracia de público, devido a instabilidade eleitoral, os políticos tenderiam a se comunicar diretamente com os eleitores, assim, as discussões extrapolariam os “muros” do parlamento.

Os partidos no contexto de um governo representativo em transformação

Com a emergência do direito ao sufrágio universal, surgiu a necessidade da criação dos partidos de massa, que, a partir da metade do século XIX, passaram a serem vistos como fundamentais para a democracia representativa, pois os partidos possuíam programas políticos, instrumento importante da competição eleitoral.

O “governo de partido” parecia criar uma maior identidade social e cultural entre governantes e governados e pareciam também dar aos últimos um papel mais importante na definição da política pública. O governo parecia, assim, aproximar-se do ideal de autogoverno, do povo governando a si mesmo. (Manin, p. 3, 1995).

Como também assinala, Urbinati (2006), os partidos agregariam interesses da sociedade, que teriam os partidos como um ponto de referência:

Os partidos políticos articulam o “interesse universal” a partir de pontos de vista periféricos. Eles são associações parciais-entretanto- comuns e pontos essenciais de referência que possibilitam aos cidadãos e representantes se reconhecerem uns aos outros (e aos demais) e formarem alianças e, além disso,

situarem ideologicamente os compromissos que estão prontos a estabelecer. (URBINATI, p.218, 2006).

Contudo, atualmente, haveria uma alavancada do enfraquecimento dos vínculos partidários. O que não significa que os partidos estejam se tornando obsoletos. O declínio de um ponto não significa a decadência de outros pontos importantes da razão de ser dos partidos, como a política parlamentar e campanhas eleitorais (Manin, 2013).

Em primeiro lugar, os partidos são essenciais em relação ao alinhamento dentro do parlamento, evitando que o plenário seja um local de decisões políticas individuais, “o funcionamento interno dos parlamentos mostra poucos sinais da redução da disciplina da votação partidária. Grupos parlamentares partidários se comportam como unidades coesas” (Manin, p.118, 2013). Isso significa que as decisões políticas permanecem, obviamente, nas mãos de partidos políticos.

Outro ponto da relevância dos partidos são as campanhas eleitorais, pois a regulação pública nas campanhas importa em relação às vantagens e desvantagens na visibilidade dos candidatos. Além disso, os partidos dispõem de recursos financeiros para a realização de campanhas.

Na democracia de público, portanto, os partidos permanecem fundamentais no arranjo representativo, sendo decisivos para a vida política, mas “já não são unidades bem definidas dotadas de identidade duradoura. Eles têm de buscar ativamente o apoio dos eleitores a cada votação” (Manin, p. 123, 2013).

A erosão da fidelidade partidária foi acompanhada, segundo Manin, por um aumento da participação política “não-institucionalizada”, ou como outros autores chamariam, de “política de protesto” (p. 124, 2013). Ele mostra que manifestações de ruas têm crescido no mundo todo, e que formas de organização que antes caracterizavam movimentos antissistema, agora tornaram-se parte comum de sistemas representativos.

No próximo tópico, será analisado um dos movimentos surgidos nos

últimos anos, o Movimento Brasil Livre (MBL), que veio a ser tornar um ator político nas últimas eleições no país.

Movimentos sociais e o Movimento Brasil Livre: é possível traçar semelhanças de atuação?

O objetivo deste tópico é refletir sobre os novos sujeitos políticos que surgiram nos últimos cinco anos, após as manifestações de 2013 no Brasil, mais especificamente os sujeitos que defendem a bandeira liberal e que, como observa Rocha (2017), passaram a realizar uma política similar aos movimentos sociais contemporâneos.

Primeiramente, cabe entender o conceito de movimentos sociais desenvolvido por Duhram (1984). Já em meados da década de 80, a autora observava que a análise de movimentos sociais vinha tornando-se um desafio, pois passava a congregar “elementos heterogêneos da população” e por se darem fora do âmbito dos partidos políticos e sindicatos (p.283).

A autora argumenta que os movimentos sociais na América Latina tiveram um importante papel em períodos autoritários. Já com a abertura democrática no país, os movimentos passaram a ser um tipo específico de mobilização popular, possuindo um locus próprio, diferente daqueles ocupados por sindicatos e partidos. Uma das características dos movimentos sociais seria também consequência da consciência da pobreza da classe trabalhadora:

Os movimentos sociais podem ser vistos através de uma ótica um pouco diversa daquela que parece ter predominado até agora: isto é, não como movimentos de defesa contra o empobrecimento crescente (o que, aliás, também pode ser), mas como exigência de atendimento de novas necessidades e, portanto, como uma luta pela ampliação do acesso ao espaço público e aos benefícios do desenvolvimento econômico. Dessa forma, as reivindicações que implicam uma ampliação do consumo coletivo surgem onde são mais facilmente atendidas (onde têm maiores chances de

vitórias) e não onde são mais necessárias em termos de carência da população” (Duhram, E. 1984, p. 285).

A autora também ressalta que os movimentos que passam a surgir nas grandes metrópoles, não são mais apenas movimentos populares. Ela cita como exemplo os movimentos feministas e ecológicos.

A dificuldade em nomear o que seriam “movimentos populares” vem da própria heterogeneidade dos setores de baixa renda. Isso acabou por diluir o conceito de proletariado para termos menos claros, como “classes populares” ou “povo”. Esse desafio em nomear estaria vinculado ao que se chama de sociedade pós-industrial, gerando novas linhas de interpretação. Uma delas é a investigação “de dentro” do movimento, isto é, compreendendo como os seus membros se definem.

Uma definição de movimentos sociais poderia ser, primeiramente, assim explicada:

Os movimentos sociais articulam-se (em diferentes níveis e amplitude diversa) em função de uma ou várias *reivindicações coletivas*, definidas a partir da percepção de *carências comuns* (desde a ausência de asfalto até o sentimento de um tratamento discriminatório no nível das relações sociais em seu conjunto). É a *carência* que define a coletividade possível, dentro da qual se constitui a coletividade efetiva dos participantes do movimento. (Duhram, E. p. 287, 1984).

Os movimentos podem ser também efêmeros e fluidos, não precisam ter como característica serem permanentes. Militantes podem passar de um movimento a outro a depender do tipo de carência que se tenta suprir. Ao mesmo tempo, os indivíduos mais diversos tornam-se iguais mediante o mesmo tipo de carência. Importante destacar que, ao participar de um movimento, o sujeito passa a também ter o ganho do reconhecimento entre os participantes, desenvolvendo práticas públicas. Outra característica importante, é que o movimento possui sempre uma finalidade externa, que precisa do reconhecimento social e do Estado,

caso contrário, seria uma seita.

O que foi chamado até aqui como *carências*, pode ser mediado pela construção de *direitos*. A autora estava fazendo essa análise anos antes da Constituição de 1988, mas já observava que havia movimentações na formulação de direitos, que até então, era incipiente no Brasil devido a ditadura militar. Ela chamou isso de “construção de uma nova cidadania” (p. 292).

Cabe aqui ressaltar, para análise nas próximas páginas, que havia uma dificuldade dos partidos políticos de absorverem esses movimentos, como ela aponta “todos os movimentos sociais parecem sentir a necessidade absoluta de declarar, *de início*, seu caráter apartidário” (p. 293). A afiliação partidária poderia gerar uma quebra na coesão dos “carentes” de um movimento.

Mais de vinte anos após a publicação do texto de Duhram, Scherer-Warren (2006) discorre sobre a configuração dos movimentos sociais no século XXI. Em um primeiro momento, a autora explica que sociedade civil é “a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (p. 210). E, nesse sentido, o movimento social se articularia em torno de uma identidade e da definição de opositores, e de um projeto. Na sociedade globalizada, as identidades são cada vez mais fluidas e os movimentos mais segmentados.

A partir de 2013, o país teve um marco com as manifestações que ocorreram nesse ano, desencadeada por reivindicações e surgimentos “novíssimos atores”, desenvolvido por Gohn (2016). Conforme a autora explica, as manifestações de junho de 2013 trouxeram de volta reivindicações de questões locais e nacionais e geraram novas formas de ativismo:

Considero que em junho de 2013 houve *manifestações de protestos*. Mas vejo-as num contexto de movimento social – certamente completamente diferente dos movimentos clássicos (operários, sindicais, agrários); ou dos movimentos

emancipatórios, de lutas por direitos e contra regimes ditatoriais, especialmente na América Latina no anos de 1970 e parte de 1980, apoiados por alas do cristianismo então tido como renovado (...); e diferente também dos *novos movimentos sociais* da segunda metade do século XX, que tinham na identidade seu eixo articulatório central (...). As manifestações atuais não querem ser nominadas movimentos, usualmente autodenominam-se como pertencentes a coletivos (Gohn, M. G. 2016, p. 134).

A autora destaca a importância de novas tecnologias na forma de comunicação dos indivíduos, que não mais necessitam de mediação de estruturas estatais institucionalizadas. Em 2013, não foi necessário interlocutores. Um dos atores que desencadearam as manifestações foi o MPL (Movimento Passe Livre), que tem como foco uma demanda bastante clara: o direito a mobilidade.

No início de 2015, novas manifestações entraram em ebulição, porém, com um caráter diferente: a mobilização passou a se dar em torno de pessoas que eram contra a corrupção e pediam o impeachment da presidente vigente, grupos que não reivindicavam o impeachment, apesar de questionar o ajuste fiscal do governo.

O ato de 15 de março, mais de 2 milhões de pessoas saíram às ruas, convocadas pelo MBL (Movimento Brasil Livre) e movimento “Vem pra Rua”. Novo ato foi convocado para o dia 12 de abril. A pauta girava em torno do impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

Gohn (2016) relata que essas manifestações aglomeraram as classes médias, trazendo novos repertórios e demandas: “gerou-se novas imagens e representações sociais sobre a crise econômica e política do Brasil atual” (p.141). A convocação das manifestações de 2015 deu-se por meio de valores morais, contra a corrupção e não do histórico de militância e ativismo dos participantes

Vários comentaristas da mídia desqualificaram as manifestações de 15 de março e 12 de abril de 2015, dizendo que o povo da periferia não estava presente. De fato, o Datafolha publicou em 13 de Abril, pesquisa sobre o ato do dia anterior, onde 73% do

manifestantes se declaram brancos e apenas 14% com renda de até 3 salários mínimos. Mas fixar-se apenas nos indicadores de cor e renda esquecem-se de que as grandes mobilizações de massa ocorridas no Brasil, em 1964 e 1968, em 1984 (Diretas Já), 1992 (Movimento Caras Pintadas e Impeachment do ex-presidente Collor de Melo), foram protagonizadas basicamente pelas camadas médias, com expressiva participação de estudantes universitários, (Gohn, M. G. 2016, p. 142).

Gohn (2016) conclui que 2013 foi um ano em que foram construídos novos significados para as lutas sociais no Brasil. Ela analisa que há um lado positivo, pois, os indivíduos podem “assumir papel ativo da construção social”, mas, por outro lado, os protestos recentes negariam o sistema partidário atual. Nesse ponto, podemos fazer um paralelo com Duhram (1984), quando ela menciona que os membros dos movimentos sociais da década de 80 não queriam, de início, se filiar em partidos políticos, para que o movimento não perdesse a coesão.

No entanto, após 2015, vimos surgir diversos movimentos de renovação política no país, criados devido a insatisfação com o cenário político da atualidade e com a proposta de engajar novos atores nas disputas eleitorais. Assim, se a princípio alguns movimentos defendiam a sua desvinculação com qualquer tipo de partido, a partir das eleições municipais de 2016 os movimentos passaram a lançar candidatos por meio de variadas legendas.

Neste trabalho a proposta é analisar, brevemente, o Movimento Brasil Livre (MBL), movimento que possui uma pauta liberal e um dos maiores defensores do impeachment em 2016.

Cabe lembrar que a pauta liberal passou a ser disseminada nos anos 80 por meio da criação de *think-tanks* que foram criados, principalmente nos Estados Unidos, para a divulgação do liberalismo. No Brasil, o primeiro Instituto liberal foi fundado no Rio de Janeiro, em 1983. Porém, “diferentemente do que ocorreu no contexto anglo-saxão, em que a fundação de organizações pró-

mercado era levada a cabo por um conjunto de intelectuais, militantes e empresários previamente engajados, no Brasil os principais “ativistas” destas organizações eram os próprios empresários que as financiavam”, (Rocha, 2017, p. 3).

O movimento liberal passou a se enfraquecer em meados dos anos 90 até o final dos anos 2000, com o fechamento de diversos institutos. Um dos motivos para esse enfraquecimento, explica Rocha, pode ser atribuído a abertura do governo Collor e FHC para pautas liberais, como a abertura de mercados e privatização de estatais. Contudo, o movimento liberal brasileiro deixou nessa época um legado uma rede de conexões nacionais e internacional, que faziam circular materiais traduzidos, além da formação de quadros universitários voltados para o estudo do liberalismo.

No final dos anos 2000, com o nascimento das redes sociais na internet, indivíduos passaram a se conectar para discutir temas ligados ao liberalismo:

ao contrário do que ocorria com a rede liberal existente até a metade dos anos 2000, em que a atuação das organizações era centralizada em empresários específicos e dependia deles para funcionar, como bem demonstrou o desastre provocado pela morte de Donald Stewart Jr., hoje os militantes se organizam de modo descentralizado e conseguem se mobilizar sem dispor de grandes recursos iniciais, apenas fazendo uso intensivo de todas as redes e recursos oferecidos pela internet. No entanto, este modo de organização mais descentralizado não é sinônimo de falta de profissionalização, pelo contrário. (Rocha, 2017, p.30).

Diferentemente das décadas anteriores, a intenção desses grupos passou a ser o de atingir fatias maiores da sociedade e não somente quadros empresariais e universitários. Passou-se a ser utilizada uma linguagem mais “popular” e menos elitista. A autora observa que essa linguagem adaptada pode passar a alcançar também as classes trabalhadoras.

Nesse contexto, surge em 2013 o MBL, que aproveitou o cenário político

e econômico de insatisfação de alguns setores da população com o governo vigente, e passou a divulgar suas ideias massivamente nas redes sociais. Para Rocha, é possível traçar um paralelo dos movimentos autodenominados liberais dessa década com os movimentos sociais. Ela menciona três características em comum: relações de conflito com o oponente; densas redes informais e compartilhamento de uma identidade (p. 37).

Assim, a despeito do ideário neoliberal ter se tornado a partir dos anos 1980 e 1990 o grande antagonista da maior parte dos movimentos sociais atualmente existentes, atualmente, no Brasil o próprio neoliberalismo se tornou bandeira de um movimento social. E, ironicamente, seus militantes, a despeito de terem como seus principais oponentes ideológicos os ativistas e políticos de esquerda, em termos de organização para a ação coletiva, acabam tendo muito mais semelhanças do que diferenças com a esquerda. (Rocha, 2017, p. 40).

Barbosa (2017) denomina os movimentos que tem atuação na defesa de valores liberais e conservadores como movimentos sociais regressivos, já que os movimentos sociais, geralmente, propõem pautas de mudanças institucionais.

Para Manin, formas alternativas de ativismo político parecem mais rejuvenescer a democracia representativa do que miná-la, pois o governo representativo é capaz de acomodar a participação política não-institucional:

Ao contrário de suposições populares, os órgãos tradicionais que ligam os cidadãos e o Estado estão longe de mortos. E, como uma fênix, a reinvenção do ativismo cívico permite que energias fluam não apenas dos canais tradicionais, mas também de diversas vias alternativas. (Norris, P. *apud*. Manin, p. 126, 2013).

Relações entre partido e movimento sociais na arena política

Para efeitos desta pesquisa, foram entrevistados atores políticos do

MBL e DEM, para a realização de um estudo exploratório entre as relações entre movimento e partido nas arenas de poder.

O MBL consolidou-se como força política em 2016 candidatos para as eleições municipais deste ano. Foram 45 candidatos, sendo um para prefeito e 44 vereadores. Os candidatos, em sua maioria, saíram pelas legendas do DEM e PSDB. No total, 7 vereadores foram eleitos, sendo o mais votado entre eles, o vereador de São Paulo Fernando Holiday, com 48 mil votos (Barbosa, 2017).

A trajetória política de Holiday iniciou-se por meio da internet e entrelaçou-se com o MBL quando o movimento ainda não tinha pretensões na política institucional:

a minha história, digamos, na política, começa no final de 2014 mais ou menos, quando eu começo a gravar diversos vídeos comentando sobre os mais diversos assuntos sobre política e envio alguns desses vídeos para uma pequena página, que na época era o Movimento Brasil Livre. E a partir desses vídeos a gente montou um canal no Youtube, a ideia era crescer nessa área, só que no meio do caminho a bandeira do *impeachment* surgiu. Começaram a pipocar diversas pessoas apoiando o pedido e isso levou às manifestações de 2015. Nessas manifestações e nessas diversas ações ao longo de 2015, eu construí a minha imagem como ativista político, principalmente pelas redes sociais, mais especificamente o Facebook¹. E, em 2016, percebemos a necessidade de ter pessoas que representassem os ideais do movimento dentro das instituições, e aí, então, veio a decisão de se candidatar. Então, basicamente, eu me introduzo pela internet, tenho ali uma história de, mais ou menos um ano de militância política pelas redes sociais e, também, fui eleito pelas redes sociais.

Logo de início, nota-se que há uma grande importância da mobilização de eleitores por meio virtual. É recente a regulação pública brasileira em

¹ Rede social virtual surgida em 2004. Chegou a atingir, em 2012, 1 bilhão de usuários ativos, caracterizando-se como a maior rede social do mundo.

campanhas eleitorais nesse ambiente e, ainda, bastante limitada.

Pode-se chamar esse envolvimento como sendo uma “mobilização eleitoral proativa”, quando os movimentos, em um contexto de campanha eleitoral, tornam-se mais ativos (McADAM; TAROW, p. 27, 2010). Um caso reconhecido na política atual é o do movimento Tea Party, ator político de relevância nas eleições de 2010, nos Estados Unidos, quando, unidos a formadores de opinião pública influenciaram decisivamente na derrota do Partido Democrata naquele pleito.

O movimento *Tea Party* tem esse nome inspirado por um protesto ocorrido em Boston, nos Estados Unidos, em 1773, quando colonos ingleses lançaram ao mar o carregamento de chá do governo britânico, como uma revolta os altos impostos praticados por este último. Em 2009, o *Tea Party* organizou protestos simultâneos em 40 cidades americanas, contra o Pacote de Estímulo Financeiro da administração Obama (Botelho, p. 106, 2010).

O MBL tem como fonte de inspiração o movimento de origem norte-americana. Em muitos momentos, Holiday pontuou que o movimento se entende como uma “nuvem suprapartidária”:

A gente se espelha muito no Tea Party, dos Estados Unidos, só que lá é um modelo bipartidário. Então o Tea Party não é uma nuvem suprapartidária, ele é uma nuvem que apoia diversos candidatos, mas no partido Republicano. No Brasil era um pouco difícil – e ainda é um pouco difícil – de fazer isso, porque a gente tem muitos partidos. Então a gente entende que um melhor modelo da gente se tornar um Tea Party é, realmente, focando em um partido, assim como eles focam no Partido Republicano nos Estados Unidos.

A ideia, inicial, era sermos um movimento, como se fossemos uma espécie de “nuvem suprapartidária”, isto é, nós não negaríamos a relação com os partidos, pelo contrário, teríamos relações com diferentes partidos que minimamente tivessem um diálogo com nossa ideologia. No caso, partidos mais à direita. E até por essa lógica, lançamos candidatos por diversos partidos. Só

que o que a gente tem percebido, cada vez mais, é uma necessidade do Movimento se institucionalizar. Especialmente após os resultados dessas eleições agora (2018)²

Dessa forma, percebe-se a passagem da “mobilização eleitoral ativa”, para a “opção eleitoral”, quando o movimento decidiu se inserir na arena política por meio de seus integrantes.

A inserção de integrantes em legendas é bastante controlada pelo MBL, que é inflexível em suas diretrizes, acordadas em seu Congresso Nacional de 2015:

A gente fez o nosso primeiro congresso nacional em 2015, em novembro de 2015. Então nós reunimos as principais lideranças do Movimento pelo país. Um grande evento de dois dias, com diversas palestras, etc. e também alguns núcleos de discussão. E, nesses núcleos de discussões, discutimos sobre as eleições, no caso, (a eleição) de 2016, como se daria então essa formação, como que na prática funcionaria essa “nuvem suprapartidária”. E, basicamente, nós definimos dois critérios para que a afiliação em determinado partido ocorresse e que o apoio do Movimento ao candidato se concretizasse. O primeiro é que o partido tivesse espaço nas suas diretrizes para ideologias relacionadas à direita, especialmente a direita liberal que o Movimento defende. Então, convergência ideológica... algum tipo de convergência ideológica. E, o segundo, **é que o partido garantisse completa liberdade do candidato ao longo das eleições e ao longo do mandato**. Então, o candidato que tivesse essas duas características - que tivesse um partido com essas características - e tivesse essa liberdade dentro do partido, teria o nosso apoio. E aí o resultado foi que, enfim, tiveram candidatos pelo DEM, pelo PSDB, pelo PSC, pelo Partido Novo...

Essa “completa liberdade” foi exemplificada com o fato de o vereador não ter se candidato por outro partido o qual havia escolhido anteriormente, pois

² Em 2018, o MBL lançou membros na disputa eleitoral, que venceram o pleito legislativo.

não poderia manter o seu posicionamento, e do MBL, acerca de temas relativos às cotas raciais:

Aqui em São Paulo eu considerei me filiar ao PSDB, mas eles têm uma corrente dentro do partido, chamada Tucanafro, que discorda oficialmente dos meus posicionamentos contrários às cotas raciais. Havia um conflito claro e eles, de certa forma, disseram que eu não poderia ter esses posicionamentos dentro do partido, porque iria colidir com as posições do PSDB, no caso do município. Então eu descartei o PSDB, porque eu não teria autonomia para defender uma das minhas principais propostas.

Nesse ponto, o partido manteve-se centrado em sua proposta programática – a favor das cotas raciais, e iria disciplinar o voto do então candidato, para as suas pautas, o que caracteriza uma das funções de um partido: a ser referência para ao eleitor sobre certos tipos de posicionamentos em temas políticos e sociais de grande relevância.

No caso do Democratas, nós conversamos e decidimos que eu poderia propor o que eu quisesse ao longo da campanha e, os meus votos – ao longo do mandato- e os meus discursos – ao longo do mandato, **não teriam nenhuma interferência partidária sob qualquer instância**. Então eu posso falar sobre o que eu quiser, inclusive, criticar o próprio partido se eu considerar necessário, e votar da forma que eu quero independentemente da orientação da liderança partidária. E esse foi o acordo com todos os outros candidatos nos mais diferentes partidos.

Nesse momento, nota-se que essa fala há uma descaracterização da coerência partidária relatada por Manin, sobre os partidos serem fundamentais, ainda hoje, para que haja unidade nas votações dentro do plenário.

Na realidade, se a eleição fosse de fato uma seleção entre e de candidatos isolados – entre e de nomes individuais ao invés de nomes de grupos políticos – a representação iria desaparecer, porque cada candidato (a) concorreria por si solitariamente e se tornaria, com efeito, um partidário de seu próprio interesse. O

arranjo legislativo seria uma agregação de vontades individuais, mais ou menos como a assembleia na democracia direta -- incapaz de tomar decisões por meio de um processo deliberativo estendido -- e, ao final, não-representativo, já que apenas as ideias e opiniões (ou seja, o juízo em um sentido amplo) podem ser politicamente representáveis, não os indivíduos (Manin, p.223, 1995).

Contudo, o partido aceitou esse posicionamento do candidato para a sua filiação e candidatura sob a legenda. Não se pode dizer que o DEM seja caracterizado como um partido *catch all*, mas um partido que evoca a “liberdade” de ação e discurso de seus candidatos. O vereador ainda demonstra uma convergência para lei de ferro da oligarquia, de Michels, do início do século XX, no qual o autor discorre sobre o surgimento de oligarquias dentro dos próprios partidos (Braga, 2012).

Teoricamente, que é o previsto na legislação, os filiados do partido elegem a chapa que vai disputar a eleição. Então se montam chapas, “ah, esses serão os candidatos a deputados estadual, esses a federal, esses a vereadores, prefeitos...”, e aí os filiados votam. Na prática, sempre existe uma única chapa, e os filiados votam se aprovam ou não aquela chapa. E sempre a chapa é eleita por 99% dos votos. Então, acho que isso tem a ver também com o atraso político do nosso país: na prática, quem escolhe os candidatos são os caciques partidários – os presidentes nacionais, estaduais, municipais- enfim, enxergam ali aqueles que têm mais chance, montam uma chapa, e aí é convocada uma convenção partidária, na qual eles seriam, teoricamente, eleitos. Mas, na prática, ainda, no Brasil, quem escolhe são os caciques.

Após sua candidatura, uma divergência de posicionamento ocorreu durante as votações de projetos que tratavam de taxações de serviços. Holiday seguiu o posicionamento defendido pelo MBL, de cunho liberal, já o partido, como base, votou a favor das propostas enviadas pelo Executivo municipal, sem temer punições vindas do partido:

Tiveram algumas discordâncias que acho que foram as

mais fundamentais, quando, por exemplo, o então prefeito João Dória mandou para cá um aumento de tributos para serviços de streaming: Netflix, Spotify, etc. e, o meu partido que é da base do governo votou a favor, e eu não só votei contra, como também discurssei contra. Quando vieram também as resoluções regulamentando aplicativos de transporte, Uber, etc. meu partido foi completamente favorável e eu fui contrário a essa regulamentação da prefeitura.

Teoricamente, existiria a tal da infidelidade partidária. Aí a comissão de ética do partido que definiria - mas aí precisa de uma denúncia formal no partido - definiria se me mantém ou não no partido. Mas é um conceito completamente subjetivo, pode ser que aconteça uma vez e expulsem, e pode ser que aconteçam várias e não expulsem. Mas geralmente isso acontece quando o partido “fecha a questão”, isso quer dizer, quando a bancada se reúne e diz “nós vamos votar desse jeito e ponto, senão haverá punições”. Até aqui, no meu mandato, a bancada nunca fechou questão em nenhum assunto

Interessante perceber que o DEM é um partido que possui um ideário liberal, mas sendo um partido de base governista, adequa-se em plenários nas votações de projetos de lei. Sobre divergências em votações, a própria liderança do partido na Câmara, aponta para uma defesa desse ponto de vista:

O Movimento Brasil Livre é um movimento importante para a democracia brasileira, assim como diversos outros grupos sociais. No caso específico do MBL, chega para fortalecer os valores liberais em nossa sociedade. Isso é positivo. Faltavam vozes na sociedade brasileira de representantes das camadas mais jovens que defendem essa visão na política. (Milton Leite, vereador pelo DEM, e presidente da Câmara Municipal de São Paulo).

Um partido virtual

A erosão da fidelidade partidária, nesse estudo de caso, diferentemente das análises sobre a fidelidade dos eleitores, reflete-se no pouco engajamento do próprio vereador com o seu partido, mas isso não significa que o político atue de forma individualista e personalista. A sua fidelidade e diretrizes provém do movimento:

Na verdade, eu não tenho praticamente nenhuma atuação partidária. Nas primeiras entrevistas que eu dei, depois que eu fui eleito, me perguntavam muito isso também, como era a minha relação com o partido, a atuação, etc., Mas, na prática mesmo, é como se o meu partido fosse o MBL, uma espécie de “partido virtual”, digamos assim, que não existe no papel, não existe como instituição partidária, mas é a ele que... falamos muito de fidelidade partidária, né? Esta minha “fidelidade partidária” eu devo ao Movimento, e não ao partido. Então, basicamente, eu não tenho nenhuma atuação na Juventude ou nos diretórios.

Sobre essa percepção acerca da importância do partido para a candidatura dos políticos, é corroborada também por Thomaz Barbosa, assessor de comunicação de gabinete do vereador Fernando Holiday:

Eu acredito que até para outros candidatos, que não participam de movimento, pro eleitor, o partido mais atrapalha do que ajuda. Eventualmente, o eleitor deixa de votar pelo partido que o cara tá. Dificilmente ele vota por causa do partido que ele tá. O eleitor analisa mais a pessoa, as propostas, o que a pessoa defende do que... realmente, a gente sabe que partido se tornou uma coisa muito fisiológica, são legendas e uma amálgama de diferentes candidatos com diferentes ideologias. **Em eleições municipais isso fica latente, então o eleitor, acredito que já percebeu isso, que são puramente legendas, que falta muito de conteúdo ideológico e programático nessas legendas. E, no MBL, a gente costuma falar, talvez até o Fernando tenha dito isso, que a gente acha que nós somos um partido, na origem da palavra, que é um grupo de pessoas com a mesma ideologia política, tentando fazer política e fazendo avançar sua agenda ideológica-partidária.** Então, o MBL é um partido

político. E por ter um posicionamento bastante claro, é interessante. Assim como outros partidos de esquerda têm um posicionamento ideológico mais claro, conseguem trabalhar essa coisa do partido. Agora, para a maioria das legendas do Brasil, eu acho que é desinteressante ter algum tipo de vínculo partidário.

O movimento acaba, de certa forma, por substituir o partido na função de ser referência aos eleitores no que diz respeito ao ideário político:

Na verdade, a gente submete essas pessoas que querem ser candidatas ao MBL, a algumas restrições... de por exemplo, de filiação partidária, de partidos por ser muito de esquerda, ou por terem uma divergência muito grande com o MBL, o sujeito não pode se filiar para ser candidato pelo MBL. Existe uma diretriz, o Renato que criou uma agenda em comum do MBL, que quem queria se candidatar, através do MBL, tinha que subescrever essa agenda, que eram algumas pautas que o MBL defendia, que são, digamos, inegociáveis, as diretrizes do Movimento. Então, quem quer ser candidato pelo Movimento precisa subescrevê-la (Thomaz Barbosa, MBL)

A agenda é um documento que o MBL criou para que, os membros que desejassem sair como candidatos ligados ao movimento, o subescrevessem, como forma de garantir a coerência de propostas. Segue abaixo todos os pontos da agenda:

- I) Reduzir gastos e cortar privilégios;
- II) Reduzir a máquina pública
- III) Propor e apoiar projetos que tenham como objetivo privatizações e reduções da carga tributária;
- IV) Impor resistência a qualquer proposta que aumente ou crie novos impostos, ou interfira na liberdade econômica e na livre iniciativa;
- V) Reduzir a maioria penal observando a idade geral de 16 anos para qualquer crime e 14 anos para crimes hediondos;
- VI) Revogar o estatuto do desarmamento e liberar o porte de armas;

- VII)** Reforma previdenciária;
- VIII)** Defesa da vida, da moral e da identidade nacional;
- IX)** Combate sistemático ao aborto;
- X)** Reforma Trabalhista;
- XI)** Apoio ao Agronegócio;
- XII)** Combate ao socialismo, foro de São Paulo e parcerias com ditaduras e governos socialistas;
- XIII)** Jamais realizar qualquer espécie de parcerias com partidos socialistas, em especial com PT, PSOL, REDE, PDT, PC do B, PCO, PSTU, PCB;
- XIV)** Promover medidas, projetos e pautas que expressem o liberalismo econômico³.

Dos 14 tópicos, a liderança do DEM na Câmara, concorda com 8, discorda de uma e afirma que outros 5 pontos devem ser discutidos caso a caso. No item XIII. *Jamais realizar qualquer espécie de parcerias com partidos socialistas, em especial com PT, PSOL, REDE, PDT, PC do B, PCO, PSTU, PCB*, a liderança do DEM se posicionou contrária: “Contra. Numa democracia, devemos manter o diálogo com todos que aceitam dialogar”.

Em relação a campanha eleitoral, o candidato do MBL disse que não houve apoio do partido em relação a recursos. Toda a campanha do vereador, no pleito de 2016, foi apoiada pelo movimento em relação a recursos humanos e financeiros, segundo Thomaz “A gente viu que não teve relevância nenhum tempo de TV, fundo eleitoral, etc.”. Para Holiday, a ausência de apoio partidário não interferiu em nada:

Da mesma forma que eu garanti a minha independência de atuação, etc. ao longo da campanha, ao longo do mandato, o partido também não se preocupou e não me ajudou em absolutamente nada ao longo da campanha, ou ao longo do mandato. Não tentaram me enviar, por exemplo, fundo partidário para ajudar na campanha. Não me ajudaram com equipes, com

³ Material cedido pelo próprio Movimento Brasil Livre para a presente pesquisa.

santinhos, com absolutamente nada... Na verdade, ele tinham recursos, mas... eu acho que foi, como eu disse, foi um teste. Então eu senti como se eles falassem “bom, já que você não quer que a gente interfira no seu mandato, nas suas propostas, etc. também não vamos te ajudar na campanha e não vamos interferir na sua campanha, nem mesmo com recursos”. Foi basicamente isso. E a minha campanha se deu, principalmente, com doações de pessoas físicas, né, que eu consegui angariar por meio da internet, fazendo campanha, etc. E os votos que consegui foram, digamos, do ponto de vista de campanha, muito baratos, porque eu não precisei fazer muito campanha de rua, ir na rua, ter equipes com bandeiras, santinhos, etc. isso foi muito pontual e já no final da campanha. Grande parte foi gravação de vídeos, publicações na internet... e vídeo você grava com celular, você faz a live no Facebook, etc. Então, **foi um custo-voto muito reduzido e essa “ajuda” do partido, digamos assim, não fez praticamente nenhuma falta.**

Na fala acima, percebe-se que o partido não teve influência na campanha do candidato, que afirmou ter realizado sua propaganda com custo muito baixa e por meio de redes sociais virtuais. Esse tipo de campanha ainda não havia sido comentado por Manin. Nos últimos anos os candidatos têm aumentado seu acesso direto aos eleitores por meio da internet, não dependendo tanto de espaços em TV e rádios. Cada vez mais o acesso aos dados e informações sobre os eleitores são coletados de forma sofisticada e os candidatos podem construir a sua própria audiência.

Sobre os rumos do movimento na arena política, as falas convergem para a tendência da institucionalização, com o desejo de transformar o MBL em um partido. Apesar de concordarem com a ideia de que o partido em que os membros se encontram atualmente pouco faz diferença em suas campanhas, visibilidade e influência no voto em plenário, os entrevistados reconhecem a importância dos partidos na estrutura política e a necessidade de se fortalecerem como grupo, seja como um partido ou corrente partidária:

nossa tendência natural então é, ou se associar a algum partido já existente grande, sei lá, se tornar, talvez uma

corrente partidária. Ou mesmo pegar um desses partidos menores e transformar suas diretrizes, nome, etc, e meio que fazer, realmente, um novo partido. Ou, de fato, começar a coletar assinaturas para construir um novo partido. Essa última hipótese é a mais difícil, porque demoraria um tempo... muito burocrático, muito dinheiro... e a nova legislação dificulta a formação de novos partidos (Fernando Holiday).

Eu acho que tem dois movimentos que a gente pode fazer a partir de agora: ou se tornar – pelo menos eu acho, é uma opinião particular minha, acho que tem divergências no Movimento – mas eu acredito que a gente deveria ou se tornar uma corrente partidária de um partido estabelecido, até por causa dessa cláusula de barreira, muitos partidos vão acabar, vão perder tempo de TV e, em 2020, mais partidos vão ficar fora por causa dessa cláusula de barreira. Então a gente tem que pegar, dentre os grandes partidos que se estabeleceram, o PSL, o Democratas, o PSDB, e tentar se estabelecer como uma corrente partidária, aí sim a gente teria essa adesão que a gente não tem hoje, a adesão a um partido. É claro que uma corrente, ela pode divergir com a direção nacional do movimento, mas a gente manteria a nossa independência. Mas, eventualmente, virar uma corrente partidária, ou criar um partido político (...) Agora depois das eleições do primeiro turno⁴ a gente não sabe mais o que vai acontecer, se vai virar tudo, a política tá mudando muito ... então pode até ser que virar um partido político não seja mais tão difícil (....) Mas, pelo menos eu, acho que essas duas opções são interessantes: ou virar uma corrente, se estabelecer como uma corrente; ou se estabelecer como um partido político, se isso for viável a partir de agora. **Até porque, para você participar de comissões** – o Kim e o Arthur⁵ vão passar por isso – **você tem que tá num partido já estabelecido, para você ter representatividade e tal. E a gente preza muito isso, criar um esforço ideológico, a gente precisa ocupar o espaço, e a gente precisa participar dos centros de decisões.** A gente precisa pensar de uma forma que a gente

⁴ O entrevistado refere-se às eleições de 2018.

⁵ Kim Kataguiri e Arthur do Val, membros do MBL e eleitos, em 2018, sob a sigla do DEM, como deputado federal e estadual, respectivamente. Kim elegeu-se como o 4º candidato mais votado no Brasil e Arthur como o 2º candidato mais votado no estado de São Paulo.

consiga ter nossos futuros candidatos, parlamentares, etc. compondo comissões e tendo relevância no debate nacional, essa é a nossa busca (Thomaz Barbosa).

Considerações finais

Esta pesquisa teve como ponto de partida o entendimento do relacionamento de movimentos com partidos na arena política, explorando as eleições municipais de 2016 e tendo MBL e DEM como os atores políticos deste estudo de caso.

Percebeu-se, como observado por Manin, que não há uma crise do modelo representativo de governo, mas um tipo específico de governo representativo: a democracia de público. Nesta, “os cidadãos participam das eleições, dependendo do contexto” (p.120, 2013) e os partidos acabam tornando-se instrumentos que, para o eleitorado, não representam uma grande referência em relação a vínculo político.

No entanto, os partidos possuem papel fundamental no modelo representativo: “supondo, então, que os partidos políticos perderam algumas de suas capacidades, não se pode inferir que eles têm se enfraquecido de forma generalizada” (Manin, p. 116, 2013).

Com base nas entrevistas, notou-se na fala dos entrevistados que o declínio partidário está muito longe de existir, pois há o reconhecimento do movimento da importância dos partidos nas tomadas de decisão dentro do plenário. No entanto, como agregador de eleitores, o partido não mostrou influenciar a vitória do candidato. Também se percebeu pouca relação, durante a legislatura até o momento, do candidato com o partido, com aquele afirmando não haver nenhuma atividade sua dentro do DEM.

Com o crescimento do MBL no país, seus líderes demonstram o desejo

de influenciar de modo direto as tomadas de decisões políticas e vêm percebendo a importância de se firmarem como um partido ou então influenciar de maneira mais forte os próprios partidos. Em relação ao DEM, o movimento acredita que a sua influência fará com que o partido passe a se posicionar mais a centro-direita:

Depois dessa eleição do primeiro turno⁶, a gente está percebendo que até o PSDB vai ter que se reinventar, porque ele como oposição ao PT, ele perdeu esse papel. E a oposição ao PT guinou mais à direita e a origem histórica do PSDB não é essa. Então vamos ver como o PSDB vai se adaptar a isso, se ele vai vir mais para centro-direita, ou se ele vai voltar às origens de centro-esquerda. Mas o que a gente percebe é que essa adesão aos partidos - e que o MBL já fez aqui no estado de São Paulo - e o Democratas resistiu muito em voltar, digamos assim, mais a centro-direita, porque na Frente Liberal⁷ eles estavam mais à direita, no centro e tal (...). E isso, eu acredito, que já é uma parte da influência do MBL, não só dentro do partido, mas na conjuntura política do Brasil. Então, mesmo aqueles que resistam mais, que estejam mais ao centro, como Democratas... até no Nordeste... você pega o ACM Neto⁸, ele vai ter uma resistência de ir para centro-direita, porque ele sabe que o centro-esquerda, a esquerda, é muito forte ali onde ele tá. Mas eu acredito que com essa nova conjuntura, se o MBL aderir a um partido apenas, não sei se isso irá acontecer – mas mesmo que seja em vários – ele tende a... esses parlamentares, esses militantes, esses ativistas do MBL, tendem a influenciar esses partidos internamente a virem mais próximo da agenda do MBL.

⁶ Refere-se ao pleito de 2018.

⁷ O DEM, historicamente, origina-se do PFL (Partido da Frente Liberal), partido fundado em 1985. Em 2007 o partido virou Democratas.

⁸ Atual presidente nacional do Democratas.

BIBLIOGRAFIA

BAIRD, M. F. O lobby na regulação da publicidade de alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Rev. Sociol. Polit.* vol.24, n.57. 2016.

BARBOSA, J. R. Movimento Brasil Livre (MBL) e Estudantes pela Liberdade (EPL): ativismo político, think tanks e protestos da direita no Brasil contemporâneo. 41º Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, MG. **Anais Eletrônicos**. 2017.

BOTELHO, Teresa. O novo populismo conservador do movimento Tea Party e as intercalares americanas. **Relações Internacionais**, n.27, pp.105-114. 2010.

BRAGA, M. S. S. Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 20, n. 44, p. 83-95. 2012.

DUHRAM, E. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap**, n. 10, 1984.

GOHN, M. G. M. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**. 2016.

LEITE, L. A. B. Dos neocons ao tea party: conservadorismo norte-americano comparado. In: **3º Encontro Nacional ABRI**. São Paulo. 2011.

MANIN, B. As Metamorfoses do Governo Representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29, pp. 5-34, 1995.

_____. A Democracia de público reconsiderada. **Novos estudos CEBRAP**, (97), 115-127. 2013.

MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, vol.13, n.28. 2011.

NORRIS, Pippa. A tese da "nova clivagem" e a base social do apoio à direita

radical.**Opin. Pública**, Campinas , v. 11, n. 1, p. 1-32. 2005.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília.p. 109-130. 2006.

ROCHA, C., Passando o bastão: a nova geração de liberais brasileiros, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 02 octobre. 2017.

_____. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2015.

SPECK, B. W.; BRAGA, M. S. S. Sousa; COSTA, V. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, 23(56), 125-148. 2015.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** (67). 2006.